

UMA RESENHA DA RIQUEZA PAULISTA POR MEIO DOS INVENTÁRIOS

Renato Leite Marcondes

Doutor em Economia pela FEA-USP

"Assim completos e minudenciosos, os inventários constituem depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial"

Alcântara Machado (1980, p. 34)

A obra clássica de Alcântara Machado, publicada originalmente em 1929, representou um marco na historiografia paulista e brasileira ao relatar minuciosamente e com cores vivas a riqueza de São Paulo nos séculos XVI e XVII. A partir dos cerca de 450 processos examinados, Alcântara Machado traçou um quadro de espólios modestos, distinto do observado para o Nordeste açucareiro: "(...) a fortuna que vem da agricultura e da pecuária é lenta e difícil. Aos povoadores de Piratininga o clima recusa o açúcar naquela fartura que enriquece os cultivadores do Nordeste." (Machado, 1980, p. 38).

Ao longo do período a riqueza dos paulistas apresentou alguma evolução: "Na primeira metade da centúria [do século XVII] três acervos se registram superiores a um conto de réis (...) Já na segunda metade o número dos espólios acima de um conto sobe a dezessete. Mas é nas vizinhanças do século XVIII que a riqueza se manifesta (...) Dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança. Cinco por cento." (Machado, 1980, p. 41).

Mais de meio século após o livro de Alcântara Machado, Zélia Cardoso de Mello realizou um trabalho com os 746 inventários paulistas do 1.º Ofício, de 1845 a 1895. Com base nesta documentação, ela percebeu a diversificação da distribuição da riqueza pelos ativos, ante dormente muito concentrada nos cativos. A participação da escravaria na riqueza dos inventariados era de 32,3% no período 1845/50, constituindo o ativo com a maior parcela. No momento posterior, de 1872

a 1880, a parcela da riqueza alocada em cativos foi reduzida para 7,8%; os ativos com maior participação passaram a ser os imóveis (30,2%) e os valores mobiliários (36,6%).

No período 1845/50, os escravistas detentores de um a dez cativos representavam 81,4% dos proprietários e possuíam 34,1% dos escravos. Os proprietários de 41 ou mais cativos eram 4,7% do total de escravistas e detinham 39,4% dos cativos. No período 1881/87, ocorreu uma concentração da posse escrava, crescendo a participação da primeira faixa no conjunto dos escravistas (83,3%) e diminuindo sua parcela no total de escravos possuídos (19,3%). Houve, também, para os maiores proprietários, a redução de sua participação no conjunto dos escravistas (3,3%) e o aumento de sua parcela na posse dos escravos (67,5%). Pelo índice de Gini observamos igualmente uma concentração da propriedade escrava. Tal índice elevou-se de 0,671 para 0,944 entre os dois períodos. Os escravistas possuidores de 11 a 40 cativos perderam participação no total dos escravos entre os dois períodos, reduzindo-se sua parcela de 26,5% para 13,2%. Ademais, os não proprietários constituíam a maioria dos indivíduos inventariados 437 (59%) durante todo o período em estudo.²

A partir da análise de Zélia Cardoso de Mello, diversos estudos procuraram acompanhar a evolução da distribuição da riqueza em São Paulo. Recentemente, duas dissertações destacam-se nesta tarefa: as de Lelio de Oliveira e Maurício Alves, a primeira referente a Franca (SP) durante o século XIX e a segunda com respeito a Taubaté (SP) ao final do século XVII e início do XVIII. Fazemos a seguir uma resenha das duas dissertações e ressaltamos, no final do texto, alguns resultados comuns entre estes trabalhos e o de Zélia Cardoso de Mello.

Taubaté (1680–1729)

A dissertação de Maurício Alves, defendida no Departamento de História da UFRJ, sob orientação de Manolo Florentino, destaca-se pelo privilegiado *corpus* documental consultado. Os 171 inventários *post-mortem* completos do período 1680/1729, conservados no Arqui-

² Infelizmente não foi possível distribuir os não-proprietários ao longo do tempo, e excluir no seu cômputo os inventários do período 1888-1895, o que provocou a superestimação do número de não-escravistas.

vo Municipal de Taubaté, representam uma fonte singular no estudo da história paulista da época.³

Seguindo a linha teórica desenvolvida por Florentino & Fragoso (1993), o Autor procura identificar os mecanismos que garantiram a perpetuação da diferenciação social e econômica entre os indivíduos livres no período. O desenvolvimento da cana-de-açúcar na década de 1680 foi comprometido na década de 1690 em função do *rush* econômico e demográfico para as Minas, revigorando-se no início do século XVIII pela liquidez gerada na economia da região pelo *boom* da mineração. No momento inicial o impacto dos descobertos representou uma perda populacional e econômica para a localidade, mas, posteriormente, o efeito foi positivo ao dinamizar a economia da região. Assim: "O financiamento e os escravos, móveis dessa transformação, reproduzem a diferença social por estarem continuamente monopolizados por um pequeno grupo. A perpetuação da diferença calca-se no monopólio dos mecanismos geradores de maior riqueza (setor mercantil), com os mais pobres sobrevivendo pela aquisição de meios baratos de produção (setor rural). Reproduzir a diferença significa reproduzir a expropriação do setor rural pelo setor mercantil. O que significa uma esterilização do setor rural que não se esgota, possível somente pelo retorno do capital mercantil ao setor rural." (Alves, 1995, p. 131).

Ao dividir o período por décadas, o Autor percebeu uma sensível queda do número de inventários, e de pessoas livres e cativas presentes nos mesmos, na última década do século XVII. Posteriormente, houve uma recuperação demográfica e econômica da localidade, que, além de refletir todo o dinamismo resultante da mineração, decorre, também do desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar ao final do período de estudo. Tal evidência baseia-se no crescimento do número de inventariados detentores de plantações ou equipamento relacionado à cultura (por exemplo alambique), os quais eram apenas dois na década de 1690 e atingiram dezessete na década de 1720, e participavam com 10,6% da riqueza na primeira década e chegaram a 71,2% na última.⁴

³ Analisamos apenas os quatro primeiros capítulos da dissertação referentes à composição e à distribuição da riqueza. O capítulo da família escrava não é considerado neste estudo.

⁴ A documentação utilizada não permite, muitas vezes, distinguir diretamente o volume produzido dos bens e a importância das distintas ativi-

Nas três primeiras décadas a posse de escravos representava cerca de dois terços da riqueza (variando entre 61,0% e 74,3%), e nas duas últimas ela continuou a ser o item com maior participação, com pouco menos da metade do total (38,5% na década de 1710 e 48,8% na década de 1720). Os itens com maiores aumentos foram as dívidas ativas e passivas e o comércio, indicando uma maior possibilidade de financiamento da mão-de-obra cativa africana em substituição à indígena. A participação dos bens rurais e urbanos (terras, edificações, casas, terrenos etc) não chegavam a representar 10% em todo o período (6,2% na primeira década e 8,4% na última).

A posse de escravos apresentou uma grande desigualdade na primeira década, com os proprietários dos plantéis com vinte ou mais cativos mantendo 87,1% dos escravos, os quais eram em sua quase totalidade índios Carijós (97,9%). Houve uma desconcentração da distribuição na década seguinte, os escravistas dos plantéis com vinte ou mais escravos possuíam 44,3% dos cativos. Posteriormente, a concentração aumentou na mesma faixa, com a participação destes proprietários crescendo para 65,8% dos cativos na última década, os quais eram escravos africanos da Guiné (45,9%), índios Carijós (41,5%) e mestiços (12,6%). Os escravistas possuidores de 1 a 9 cativos representavam 40% dos proprietários e detinham 4,8% dos escravos na primeira década e chegaram a representar, na última, 57,1% dos proprietários e 16,6% dos cativos. A média de escravos por plantel teve comportamento próximo ao da população total, com uma queda ao final do século XVII (de 39 para 12 escravos) e voltou a crescer no século XVIII, passando de 15 para 18 cativos entre a primeira e a terceira década do século. Os cultivadores de cana estavam presentes nos maiores plantéis, contudo houve uma desconcentração, sendo um deles na última década não proprietário de cativos (em todo período os não possuidores de escravos não passaram de 7). Os cultivadores de outros bens que não a cana-de-açúcar mostraram uma posse menor de cativos do que os de cana.

dades do indivíduo inventariado (atividade principal e secundária). Assim, as afirmações do Autor da constituição de uma *plantation* exportadora em Taubaté devem ser consideradas com restrições. A simples presença de um alambique e de numerosos escravos não permite a afirmação da existência de uma produção de açúcar numa *plantation* nos moldes nordestinos.

O predomínio do setor mercantil não aparece de forma clara, pois os bens urbanos e comerciais representavam apenas 5,6% da riqueza ao final do período em estudo, apesar do aumento ao longo do tempo. O crescimento das dívidas ativas e passivas no conjunto da riqueza de 17,7%, na década de 1680, para 34,5%, na década de 1720, mostrou um incremento da atividade prestamista. Entretanto, não se pode afirmar que havia "a supremacia do capital mercantil sobre o setor agrícola como detentor da riqueza" (1995, p. 54), por meio da comparação da participação dos itens acima com os bens rurais, os quais não ultrapassaram 7,3% da riqueza inventariada em todo período. Deveria ser incluído no cálculo da riqueza dos dois setores, escravos estes que se esperaria estarem em sua maioria alocados na lide agrícola. Os cativos constituíam o maior custo da empresa agrícola, já que as terras e instalações têm valores muito baixos.

Do mesmo modo, a rentabilidade superior do setor mercantil em relação ao agrícola não ficou evidenciada empiricamente de maneira ampla. Existem algumas indicações para uma alta rentabilidade, especialmente no caso de Domingos Cordeiro Gil, o maior prestamista da década de 1710. O elevado valor dos juros de uma dívida ativa (640\$000) com respeito ao seu patrimônio rural (600\$000) era esperado para um prestamista de dinheiro. Além disto, a taxa de juros simples cobrada neste empréstimo foi de 8% ao ano, a qual poderia ser alcançada por uma atividade agrícola rentável. Por fim, a passagem de Domingos Cordeiro de prestamista a agricultor por motivos extra-econômicos não parece bem fundamentada em termos empíricos; outras explicações deveriam ser consideradas. Assim, se possível, o autor deveria aprofundar sua análise sobre estas questões, o que auxiliaria na corroboração da visão de Frago & Florentino.

Franca no Século XIX

O estudo da localidade de Franca constitui a dissertação de Mestrado de Lelio de Oliveira, defendida na Faculdade de História da UNESP de Franca sob orientação de Lincoln Etchebéhere Júnior. Logo de início destaca-se o cuidado do Autor com as referências, apresentação e organização do texto. A preocupação central da dissertação é com o evoluir das formas de alocação da riqueza na localidade de Franca ao longo do século XIX.

As mudanças na distribuição da riqueza pelos diversos tipos de bens e propriedades foram acompanhadas com base nos inventários

disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Franca. Para a realização de tal empresa foram escolhidos dois períodos amostrais (1822 a 1830 e 1875 a 1885) como indicadores das transformações da riqueza francana durante o século XIX. A metodologia utilizada aproxima-se, como lembra o próprio Autor, da presente na tese de Zélia Maria Cardoso de Mello.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, o Autor procura mostrar alguns avanços da historiografia revisionista do viés exportacionista da literatura tradicional e vinculá-los ao seu trabalho. A importância e o dinamismo da economia de subsistência no Centro-sul brasileiro, em especial entre o momento da decadência da mineração e o desenvolvimento da cafeicultura, devem ser considerados aliados ao comportamento da *plantation* de exportação no entendimento da economia francana, a qual constitui a matéria do capítulo seguinte.

Em Franca predominaram as atividades vinculadas à pecuária e seus derivados, embora diversas atividades também tivessem sua importância, como por exemplo: engenhos de açúcar e aguardente, comércio do sal, tecelagem, mineração e, no final do período, cafeicultura. A evolução econômica ocorreu *pari passu* ao vertiginoso crescimento demográfico, favorecido pela migração dos mineiros, principalmente na primeira metade do oitocentos.

O último e principal capítulo revela as informações obtidas nos inventários por meio das amostras acima referidas. A comparação dos dois períodos permitiu ao Autor afirmar a existência de uma concentração da riqueza tanto sob a forma de escravos quanto para a totalidade das propriedades e bens. A importância da riqueza alocada em escravos diminuiu significativamente no período, deixando de constituir o item de maior participação no total (queda de 37,1% para 26,7% do total da riqueza). A presença dos pequenos proprietários (de 1 a 5 escravos) era dominante nos dois interregnos, alcançando 73,4%, no primeiro, e 64,8% dos escravistas no segundo período. Os proprietários de 1 a 9 cativos detinham 79,5% dos escravos e eram 90,4% do total dos escravistas no primeiro período. No momento posterior os escravistas com 1 a 10 cativos representavam 85,4% do total. Houve também uma redução da participação dos bens semoventes e das dívidas passivas e ativas na riqueza paralelamente ao crescimento da parcela dos bens de raiz, em especial pela valorização das casas, fazendas, terras etc. Ainda neste capítulo há uma análise muito interessante dos preços dos escravos correlatamente às características dos

mesmos, idade e sexo. O Autor deveria explorar mais tal análise, em especial o uso de testes estatísticos ao invés dos preços médios, mínimos e máximos, o que permitiria conclusões mais ricas e precisas a respeito dos condicionantes das diferenças dos preços dos escravos.

Uma informação fundamental que não aparece na dissertação é o número de inventários disponíveis, consultados e utilizados pelo autor, e há ausência dos números absolutos nas tabelas e gráficos, os quais em sua quase totalidade estão expressos apenas em porcentagens. Pelo número de escravos levantados nos dois períodos, 155 e 167 cativos, e a sua média por proprietário, de 4,8 e 5,3, respectivamente, pode-se imaginar que tais inventários não devam passar de uma centúria, considerando os não-proprietários de escravos (3,2% dos inventários na primeira amostra e 46,7% dos mesmos na segunda).

Outro ponto a ser desenvolvido em trabalho posterior é a significativa concentração nas mãos de poucos e a exclusão de grande parcela da população da propriedade escrava entre os dois períodos, como vimos pelos números apresentados anteriormente. Talvez com a incorporação dos inventários entre os dois períodos possamos ter uma idéia mais precisa do motivo de tal fato, a centralização e concentração da propriedade escrava pode estar condicionada pelo fim do tráfico, ou avanço da *plantation*, ou até ser apenas uma característica dos momentos filiais da escravidão. Por fim, nota-se a ausência nas referências bibliográficas de alguns trabalhos fundamentais sobre a região, como os do Prof. José Geraldo Evangelista e, em número mais significativo, da historiografia mais recente.

Considerações Finais

A distribuição da riqueza pelos ativos mostrou uma diminuição da importância dos escravos no seu conjunto durante o período abarcado pelos trabalhos acima. Ao longo do século XIX tal redução apresentou-se mais pronunciada, especialmente com o fim do tráfico de cativos. Nos primeiros cinquenta anos do século dezenove, a riqueza em escravos representava entre um terço e a metade do total. Na metade seguinte da centúria, tal participação reduziu-se significativamente e a concentração da posse cativa aumentou, mas esta tendência apresentou variações regionais. Na cidade de São Paulo, a redução no conjunto da riqueza foi mais drástica e a desigualdade da posse escrava superior à do interior. Por outro lado, a participação dos imóveis rurais e urbanos cresceu nas duas áreas, principalmente em

Franca. Apesar dos inventários retratarem apenas os detentores de bens, os não-proprietários de cativos tiveram uma significativa importância no século XIX, reforçada a partir do fim do tráfico de escravos. Em Taubaté, os não-escravistas eram poucos sete inventariados entre 171 (4,1%), talvez em função da presença muito forte de cativos indígenas mais baratos que os africanos.

As observações postas acima ressaltam a importância e o valor dos trabalhos utilizando os inventários, como de Zélia Cardoso de Mello, Lelio de Oliveira e Maurício Alves. O desenvolvimento da historiografia cada vez mais instiga e obriga os pesquisadores a buscarem novas fontes originais para seus estudos, como realizado pelos autores examinados.

Referências Bibliográficas

Alves, Maurício Martins. *Caminhos da Pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Dissertação (Mestrado em História), IFCH-UFRJ, 1995.

Fragoso, João L. R. & Florentino, Manolo G. *O Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

Machado, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil; nova série; v.8).

Mello, Zélia Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal da Cultura, 1985.

Oliveira, Lelio Luiz de. *As Transformações da Riqueza em Franca no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), FHDSS-UNESP, 1995.